



## Estudo de caso

# Violência contra pessoas com deficiência: um estudo de caso

## Violence against people with disabilities: a case report

Marlon Jose Gavlik Mendes<sup>\*1</sup>, Tânia Maria Rechia Schroeder<sup>\*\*2</sup>, Fátima Elisabeth Denari<sup>\*3</sup>

<sup>\*</sup>Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos-SP, Brasil

<sup>\*\*</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel-PR, Brasil

### Resumo

A vida das pessoas com deficiência é marcada por situações adversas, como barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais. Esse grupo também sofre de situações violentas em seu cotidiano, como agressões físicas e verbais. Na produção científica atual se notam poucas pesquisas que investigam o discurso da própria pessoa vítima de violência, fato esse que, de um lado, pode caracterizar desconhecimento das situações vividas por essas pessoas e, por outro, pode resultar em um descrédito em relação ao discurso das pessoas com deficiência. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi investigar as violências vividas por pessoas com deficiência por meio de um estudo de caso de um jovem com deficiência física. A pesquisa realizada foi descritiva e de natureza qualitativa, utilizando-se do referencial teórico da Sociologia da Deficiência, da Violência e do Estigma. Foi realizada entrevista a partir de um roteiro semiestruturado de questões, sendo utilizada a Sociologia Compreensiva como ferramenta de análise dos dados. Os resultados mostraram que xingamentos e exclusões fazem parte do cotidiano do jovem com deficiência, ações tais que podem, legalmente, ser tidas como *bullying*. O jovem vive diversos conflitos no ambiente escolar, tendo alguns desses conflitos resolvidos a partir da mediação de profissionais. A violência contra as pessoas com deficiência é um fenômeno dinâmico e recorrente, são necessários programas de prevenção e de intervenção no ambiente escolar, além de outras pesquisas sobre a temática que focalizem a perspectiva da vítima.

### Abstract

The life of people with disabilities are marked by adverse situations, like architectural barriers, communication barriers and attitudinal barriers, This group also suffers from violent situations in their daily lifes, such as physical and verbal aggression. In the current scientific production, there is few researches that investigates the discourse of

---

<sup>1</sup> Psicólogo, Mestre em Educação, Doutorando em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

ORCID iD: <<http://orcid.org/0000-0002-3473-610X>>

E-mail: mgmgavlik@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Associada do departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

ORCID iD: <<https://orcid.org/0000-0002-3646-3088>>

E-mail: tania.rechia@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora Associada do departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

ORCID iD: <<http://orcid.org/0000-0001-9248-6359>>

E-mail: fadenari@terra.com.br

the person victim of violence, a fact that, on one hand, may characterize some ignorance of the situations experienced by these people, and, on the other hand, may result in discredit of the discourse of people with disabilities. The objective of this research was to investigate the violence experienced by people with disabilities through a case study of a young person with physical disability. The research was descriptive and had a qualitative nature, using the theoretical framework of the Sociology of disability, Violence and Stigma. Semi-structured interview was conducted, using Comprehensive Sociology as a data analysis tool. The results showed that insults and exclusions are a part of the daily life of the young, actions that can be classified as bullying. The young experience several conflicts in the school environment, having some of these conflicts resolved through the mediation of professionals. Violence against people with disabilities is a dynamic and recurring phenomenon, requiring prevention and intervention programs in the school and other researches on the theme that focuses on the victim point of view.

**Palavras-chave:** Violência, Pessoas com deficiência, Estigma, Bullying.

**Keywords:** Violence, Disabled Persons, Stigma, Bullying.

## Introdução

As pessoas com deficiência – PcD – enfrentam inúmeros empecilhos em seu dia a dia, em sua escolarização, na sua convivência social e no acesso a serviços e a espaços. Seu cotidiano é marcado por diversas situações de exclusão, como barreiras atitudinais, espaciais e de comunicação. Essas situações são desdobramentos de uma sociedade que categoriza pessoas e exclui quem não corresponde a padrões de comportamento, de aparência e de funcionalidade. Dentre as adversidades enfrentadas pelas PcD se destacam os aspectos relacionados às violências cotidianas que, por sua repetição, podem ser prejudiciais para o desenvolvimento psicológico e social.

Nas últimas décadas, seguindo uma tendência mundial, o Brasil criou um considerável aporte legal que garante direitos às PcD de estarem no mundo e dele fazerem parte como as demais pessoas. Dentre esse aporte destaca-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Utilizando como base esse estatuto, entende-se como PcD quem possui impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais que prejudiquem a sua participação plena na sociedade. São tipos de deficiência: a visual, a auditiva, a sensorial, a física, a intelectual e a múltipla deficiência. A definição de deficiência perpassa aspectos individuais, biológicos, ambientais e sociais (OMS, 2004). Nesta pesquisa estão sendo utilizados os conhecimentos da Sociologia da Deficiência (HARLOS, 2012). Segundo essa linha teórica, debater sobre as deficiências é adentrar nos campos da sociologia, da história, da antropologia e da psicologia. O conceito de deficiência perpassa relações econômicas, sociais e de poder a respeito de raça, de etnia e de sexualidade do que é considerado normal ou desviante:

[...] no Paradigma Sociológico, as origens da deficiência estão relacionadas aos processos sociais que produzem não apenas a deficiência, mas tantas outras categorias de pessoas que são demarcadas como anormais, Outros<sup>4</sup> e/ou de diferentes. Ou seja, as teorias sociológicas da deficiência desvelam que a

---

<sup>4</sup> Citação como consta no texto original.

mesma é uma experiência que pode ser aproximada das experiências de muitos outros coletivos. (HARLOS, 2012, p. 159).

Nas interações entre grupos sociais de pessoas com e sem deficiência, algumas dessas pessoas podem sofrer agressões violentas. A violência pode ser entendida, segundo Maffesoli (1987), como as manifestações comportamentais provenientes de opiniões e de concepções pessoais e/ou grupais que buscam impor modelos de pensar e de se comportar, transformando o ambiente ou a sociedade. Para o autor, comportamentos violentos estão estreitamente ligados com a intencionalidade de reafirmação de uma pessoa ou grupo em *prol* do prejuízo ou da danificação causada a outro.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) caracteriza os tipos de violência de acordo com as pessoas envolvidas ou ao conteúdo do ato. Na classificação de acordo com o praticante, os atos violentos podem ser divididos em “auto direcionados”, quando a violência é direcionada à própria pessoa que a praticou; “interpessoais”, direcionada a outras pessoas, subdividida em violência familiar ou comunitária, ou ainda “coletiva”, quando os atos violentos são praticados por grupos ou até por comunidades. Esta última classificação é subdividida em violência política, econômica ou social.

Os comportamentos violentos também são classificados a partir de seu conteúdo, sendo eles: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual ou a negligência. A violência física envolve agressões corporais, com ou sem o uso de armas; a violência psicológica engloba ofensas, xingamentos e ameaças; atos de caráter sexual realizados sem o consentimento da outra pessoa, assim como a prostituição forçada e a exposição de menores a pornografia, são exemplos de violência sexual. Os atos de negligência são situações de falta de cuidado e de falta de atenção às necessidades, à saúde ou ao desenvolvimento de uma pessoa, como crianças, idosos ou pessoas com deficiência (OMS, 2002).

Além dos ataques físicos ou verbais, outros fenômenos sociais, como discursos, filmes, propagandas e demais produtos da mídia também podem ter caráter violento (STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2010). A violência simbólica, aquela praticada indiretamente, pode ser utilizada por pessoas ou instituições. São exemplos de violência simbólica diversas práticas que têm por objetivo impor modelos de pensar, de agir, de se comportar e de se apresentar, excluindo e/ou atacando quem não corresponde a essas normas, assim como as respostas a essas exigências, as revoltas e os protestos que buscam desconstruir as opressões sofridas e reconfigurar a malha social (MAFFESOLI, 1987; CHARLOT, 2002; ABRAMOVAY, 2006).

O fenômeno da violência é, assim, complexo, dinâmico e mutável, manifestando-se a partir de diversas convicções grupais ou individuais de maneira cíclica e constante:

O retorno do conflito, desde logo, é inelutável. As efervescências, as explosões quotidianas ou políticas evocam, ou tentam evocar, o mito fundador, o arrebatamento original, o caos a partir do qual se instaurou o ser-em-conjunto. O retorno cíclico da violência faz constatar o nada que se tornou no instituído. É a partir deste nada que ela pretende refundar uma

outra coisa. É isso o querer viver. (MAFFESOLI, 2002, p. 62-63).

Violência contra pessoas com deficiência é qualquer ato violento físico, psicológico, sexual, simbólico ou envolvendo negligência direcionado a uma PcD. Esse grupo, historicamente, tem sido vítima de diversos fenômenos violentos, fenômenos muitas vezes motivados pelo desnível de poder no qual se encontram em relações sociais com as demais pessoas. Essa população, muitas vezes, apresenta maior vulnerabilidade, além de serem frequentemente invalidadas em suas tentativas de reverter situações de violência e de opressão (WILLIAMS, 2003).

Situações em que pessoas com deficiência foram vítimas de violência podem ser observadas na pesquisa de Moreira et al. (2014), autores que identificaram grande prevalência de crianças e adolescentes com deficiência sendo vítimas de negligência, tanto de familiares quanto de profissionais. Além da negligência, alta prevalência de violências físicas e psicológicas providas de familiares também foi observada por Barros et al. (2016).

Em pesquisa sobre manifestações de violência direcionadas a crianças com deficiência, Benetti (2015) investigou o processo de acolhimento institucional<sup>5</sup> de crianças em situação de vulnerabilidade. A autora mostra que as violências intra e extrafamiliar são os dois grandes motivos que acarretam os acolhimentos no Brasil, além de situações de carência de recursos, de negligência e de abandono por parte de familiares.

No que tange aos atos violentos contra crianças e adolescentes com deficiência provenientes de outras crianças ou adolescentes, Emerich et al. (2017), em pesquisa com alunos com deficiência incluídos na rede de ensino regular, notaram alta incidência de rejeição e violências psicológicas oriundas de alunos sem deficiência direcionadas a seus colegas de classe com alguma deficiência. Como observaram os autores, esses fenômenos podem se manter por muitos anos, acompanhando a escolarização. Dentre as manifestações violentas praticadas por pares no ambiente escolar, destaca-se o *bullying* contra os colegas com deficiência (BORGES; CAMPOS, 2017).

Vieira e Denari (2012) mostram que crianças sem deficiência, por mais que não demonstrem atitudes preconceituosas visíveis, possuem representações sociais desfavoráveis à inclusão e à convivência com crianças com deficiência no ensino regular. Mesmo não sendo uma manifestação violenta em si, a presença de representações negativas na convivência com PcD é um indício de comportamentos violentos ocorrendo no ambiente escolar.

Das pesquisas que investigaram episódios de violência contra crianças e adolescentes com deficiência, é possível notar que poucos trabalhos investigaram o discurso da própria pessoa vítima da violência. O fenômeno é frequentemente investigado a partir do olhar de outros envolvidos, como os colegas de escola, familiares ou profissionais que atuam com esse grupo. Devido a esse cenário, o objetivo desta pesquisa foi investigar as violências

---

<sup>5</sup> O acolhimento institucional é um serviço de acolhimento temporário de criança ou de adolescente em situação de risco, de abandono ou de medida protetiva. O adolescente ou a criança em acolhimento passa a residir em unidades governamentais, sendo atendido por equipes multiprofissionais e com a sua convivência social e comunitária preservada. (SÃO PAULO, 2017).

vividas por pessoas com deficiência por meio de um estudo de caso de um jovem com deficiência física.

## 2. Método

A pesquisa realizada foi do tipo descritiva e de natureza qualitativa, um estudo de caso extraído da dissertação de mestrado do primeiro autor. Para Yin (2001, p. 27), “[...] o poder diferenciador do estudo [de caso] é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações”. Como ferramenta de coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado com um adolescente com deficiência física.

Esse tipo de entrevista baseada num roteiro semiestruturado de questões permite, por meio desse roteiro norteador, obter informações, como conceitos, ideias, concepções e opiniões de um ou mais sujeitos a respeito de diversos temas (FRASER; GONDIM, 2004). As entrevistas semiestruturadas são vantajosas, pois, permitem a flexibilização de assuntos investigados, dando liberdade para o entrevistado debatê-los livremente (BONI; QUARESMA, 2005).

As perguntas norteadoras que embasaram o roteiro foram elaboradas pelos autores da pesquisa, tendo constado perguntas abertas sobre a socialização do jovem, sua rede de apoio, sua vida escolar e social e os episódios de violência que já viveu ou presenciou. A entrevista foi gravada digitalmente e transcrita, mas a identidade do participante foi resguardada e os preceitos éticos de pesquisa em seres humanos foram respeitados<sup>6</sup>.

O participante da pesquisa foi João<sup>7</sup>. O jovem conta com a idade de 16 anos e reside em um bairro periférico de uma cidade do interior do Paraná. O adolescente, atualmente, está matriculado na rede de ensino pública de sua cidade, cursa o 8º ano do ensino fundamental e participa de oficinas oferecidas por um serviço de convivência e de fortalecimento de vínculos de caráter estadual e localizado em seu bairro. Além disso, recebe atendimentos multidisciplinares na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de sua cidade.

O jovem sofreu um acidente automobilístico e fez uso de cadeira de rodas durante alguns meses. Atualmente, ele não faz uso de cadeira de rodas, mas afirma estar com dificuldades para andar, tendo que utilizar muletas. O adolescente, assim, pode ser entendido como possuidor de uma deficiência física adquirida com mobilidade reduzida e em processo de recuperação, como define a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (OMS, 2001).

Os discursos provenientes da entrevista realizada com João foram analisados a partir da Sociologia Compreensiva, de Michel Maffesoli (1998, 2007). Esse método de análise, de natureza fenomenológica, tem como princípio central compreender os fenômenos sociais de maneira sensível e direta a partir da descrição e da interpretação dos dados encontrados pelo

---

<sup>6</sup> A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/PR, sob o CAAE 58645616.8.0000.0107, sendo aprovado pelo Parecer de número 1.836.158.

<sup>7</sup> Nome fictício.

pesquisador. Após a transcrição e a descrição dos dados encontrados, esses dados são subdivididos em unidades de significado com temas que se repetem e se destacam no material analisado. O processo de elaboração e de análise das unidades de significado da Sociologia Compreensiva ocorrem a partir de quatro aspectos: analogia, metáfora, senso comum e intuição – explicitados a seguir<sup>8</sup>.

A "analogia" consiste em identificar os processos e as falas que se repetem e se destacam ao longo do material analisado, servindo como indicativo para formar as unidades de significado. A "metáfora" corresponde à atenção do pesquisador direcionada aos termos e às palavras utilizadas pelos participantes de sua pesquisa, ou seja, suas metáforas, que podem intitular as unidades de significado ou se caracterizar como um dado a ser discutido. O "senso comum" tem a esfera do cotidiano como o lugar onde se manifestam os acontecimentos banais e repetitivos, permitindo ao pesquisador encontrar elementos relevantes para a compreensão da complexa trama social nos discursos das pessoas que vivem os fenômenos cotidianamente. Por fim, a "intuição" é a capacidade do pesquisador de relacionar os dados obtidos com pesquisas já realizadas e com o material científico já produzido, intuindo causas, motivos e desdobramentos sociais provenientes do fenômeno investigado (MAFFESOLI, 1998, 2007).

### 3. Resultados e discussão

A vida das pessoas com deficiência é, muitas vezes, cercada por manifestações de violência e por situações de exclusão e conflito. A primeira unidade de significado que se fez presente do discurso de João, intitulada “O Louco da APAE”, diz respeito a situações de violência e de exclusão vivenciadas por ele. Um dos relatos que se destacaram envolve uma reação frente a uma provocação dos colegas de escola, envolvendo a figura de sua mãe. Em relação a isso, João ficou enraivecido e revoltado, e assim se expressou:

Os “piás”<sup>9</sup> lá da minha escola, eles falaram: “Ah, tua mãe é uma biscate; ela dá todo o dia; ela é uma puta”. Daí eu fiquei com raiva e eu falei: “Não fala mais assim, senão eu vou te bater”. Depois ele falou: “Ah, pensa que eu tenho medo de você? Seu louco da APAE”. Eu fiquei com raiva e bati nele. (JOÃO).

A partir desse fato, que gerou uma briga, os colegas passaram a chamá-lo frequentemente de o “Louco da APAE”. O jovem relatou, demonstrando emoção, que essa ofensa direcionada a ele ocorre de maneira diária, tanto no ambiente escolar quanto na comunidade. Os xingamentos causaram tamanho sofrimento em João que ele chegou a pedir para trocar de escola:

<sup>8</sup> Analogia, Metáfora, Senso Comum e Intuição, para Maffesoli (1998), não correspondem às unidades de significado de análise de um discurso, mas são aspectos que servem como base para o pesquisador subdividir o material em unidades de significado e analisá-lo.

<sup>9</sup> “Piá” é uma gíria comum na região Sul do país utilizada para se referir a uma criança ou adolescente do gênero masculino.

Eu falei para a minha mãe, “Mãe, tira eu da escola!” É, eles me xingam, eu fico com raiva. Daí eu fui lá para a pedagoga [...], eu chorei. Eu falei que eu queria sair do colégio. (JOÃO).

A violência manifestada por ofensas ou por agressões físicas direcionadas às pessoas a partir de alguma característica pessoal ou social é entendida como "estigma" (GOFFMAN, 1988). Esse fenômeno pode ser desencadeado por diversos motivos, mas com frequência é direcionado a uma pessoa ou a um grupo que possui alguma característica considerada divergente, inferior ou depreciativa. Além da ofensa em relação à deficiência, o pertencimento a um grupo ou o convívio em uma instituição também são motivadores de violência, o que se manifesta pela ofensa “Louco da APAE” direcionada a João. A condição de deficiência é violentada verbalmente, assim como o pertencimento ao grupo de pessoas envolvidas nessa condição.

O estigma direcionado às pessoas com deficiência se faz presente em seu cotidiano, seja na escola, no convívio social, na família e até na maneira como a deficiência é retratada pela mídia (FERNANDES; DENARI, 2017). As propagandas, os comerciais, os filmes e as notícias contribuem para a construção de visões depreciativas a respeito da deficiência, desencadeando ideias negativas, preconceituosas e discriminatórias que podem motivar comportamentos violentos (CUNHA; PINTO, 2017; MAGNABOSCO; SOUZA, 2018).

A metáfora presente no termo “Louco da APAE”, utilizado como uma ofensa direcionada a João, chama atenção. Foucault (1999) aponta para a existência, desde a antiguidade, de instituições que eram responsáveis pelo enclausuramento das pessoas consideradas desviantes, como os loucos, os doentes e as próprias pessoas com deficiências. Exemplos dessas instituições podem ser os manicômios, as prisões, os internatos e os hospitais. Essas instituições funcionavam e funcionam com dispositivos de vigilância, com privação do convívio social e com práticas terapêuticas. Segundo o autor, as primeiras instituições voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência funcionavam com os mesmos dispositivos, equiparando a deficiência com a loucura, a perversão e as doenças crônicas. Mesmo essas instituições tendo se transformado, ao longo dos séculos, elas ainda carregam, em sua história, essa carga simbólica segregacionista (MENDES, 2010; MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011). Nota-se esse conteúdo na fala do colega de João, ao ter proferido a metáfora presente no “Louco da APAE”, que emparelha a deficiência com a loucura e carrega forte carga histórica de diferença e de exclusão (AMARAL, 1998; BIANCHETTI, 2001), ressaltando o desvio e o estigma que representam o grupo de pessoas com deficiência atendido por instituições como a APAE.

O fato de os xingamentos e as ofensas contra João ocorrerem diariamente, de envolverem os mesmos colegas e de se terem mantido por um longo período de tempo serve como indicativo de que as ofensas vividas pelo jovem são aqui compreendidas como *bullying*. Para Brandão e Matiazi (2017), o *bullying* é um estilo de violência psicológica, física e/ou sexual envolvendo um ou mais agressores direcionados a uma vítima, estilo no qual os episódios de agressão ocorrem de maneira constante e repetida. Nos casos de *bullying* é possível notar um desnível de poder entre agressor/agressores e a vítima. Segundo Borges e Campos (2017), o *bullying* contra alunos e contra alunas

com deficiência é comum e, além das barreiras físicas e comportamentais, é motivo de sofrimento por parte destes e destas e de convivência difícil na escola regular.

Além dos xingamentos, João também trouxe relatos de momentos do convívio escolar em que foi excluído de atividades lúdicas por seus colegas:

Eles não gostam de mim, daí qualquer coisa que eu vou perto deles, vou jogar bola com eles, do lado do colégio ou basquete, ou aqui também, nem chamam eu para jogar. Não gostam que eu jogue com eles porque eles falam que eu sou ruim, que eu ando errado, só porque eu sofri acidente que eu ando errado. Eu não ando errado, é porque eu não posso correr muito senão, a minha bacia é trincada e se eu correr muito dói minha bacia e eu começo a mancar [...]. Daí eu vou parar de jogar, por quê? Porque eu estou mancando, porque eu tenho a bacia trincada, eu não posso correr. Daí eles falam: “Ah, então você não vai jogar mais”. (JOÃO).

A partir da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (OMS, 2004), João é entendido como um adolescente com prejuízos em sua funcionalidade, com dificuldades de desenvolver algumas atividades diárias e com a participação na vida social agravada devido à sua mobilidade reduzida. Tal classificação pode parecer individualista já que a exclusão sofrida pelo adolescente vai além de características individuais e adentra as malhas sociais dos modelos de corpo, aparência e funcionalidade que rodeiam a manifestação do fenômeno social intitulado deficiência. A exclusão direcionada às pessoas que não correspondem a modelos de funcionalidade é um processo histórico, manifestando-se desde as sociedades grega, romana e espartana, mas se tornando mais visível a partir da Idade Média assim como da Idade Moderna, com o advento da medicina, da psiquiatria e do saber biomédico (ARANHA, 2001).

A dualidade entre o que é considerado individual e o que pode ser entendido como construção social é percebida na fala de João. O jovem carrega o estigma de frequentar uma instituição – a APAE – cuja carga simbólica é negativa para seus colegas (“Louco da APAE”). Além disso, João possui mobilidade considerada deficiente pelos modelos de corpo e funcionalidade presentes na atualidade e enfrenta dificuldades em realizar algumas tarefas das quais gosta, como jogar bola, sendo excluído e ofendido por seus colegas.

Agressões verbais similares às vividas por João também são identificadas por ele envolvendo seus amigos e colegas, unidade de significado intitulada “A deficiência e o outro”. Nesse aspecto, o adolescente relata:

Eu tenho um amigo que é diferente. Ele não fala com a gente. Ele não sabe ler, não sabe escrever, ele já foi na APAE. Ele sofreu um acidente, está em cadeira de rodas. Daí os “piás” falam bem assim: “O débil mental”, “O cadeira de roda”. Eles apelidaram ele de “Cadeira de Roda” (JOÃO).

É perceptível uma analogia no discurso de João quando este relata os xingamentos presentes em seu cotidiano. Enquanto os colegas dele o apelidaram de “Louco da APAE”, seu amigo foi apelidado de “Cadeira de

Rodas”. Gomes e Rezende (2018) mostram que as ofensas e os xingamentos fazem parte da vida das pessoas com deficiência nos ambientes sociais e que esses fenômenos se manifestam como barreiras para a convivência social e comunitária.

O que chama atenção em ambos os relatos é o fenômeno da "redução", em que um sujeito é reduzido a alguma característica estigmatizada, como ao local que frequenta, no caso de João, ou ao item que utiliza, no caso da cadeira de rodas de seu amigo. O local e o objeto, como mostrado no relato, passam a ser a nomenclatura que o sujeito ganha, tornando-se metáforas. Esse fenômeno, como afirma Goffman (1988), é comum em relações envolvendo o estigma. Em pesquisa com crianças sem deficiência sobre sua convivência com familiares e colegas de escola com deficiência, Paulino e Caiado (2017) mostraram que são as características consideradas divergentes, como a aparência, a funcionalidade corporal ou o rendimento escolar, que chamam a atenção nas primeiras interações com crianças com deficiência, como elas relatam: “deficiência na perna, no braço, pessoa que nasce com um probleminha na cabeça” (p. 47). Por mais que a característica divergente seja o chamariz nos primeiros episódios de socialização entre crianças com e sem deficiência, as autoras afirmam que o fenômeno da redução da pessoa ao seu estigma não se manteve ao longo da convivência entre as crianças.

Outra unidade de significado que se destacou no discurso de João, intitulada “Comportamentos frente às violências”, engloba as estratégias que o jovem adotou frente às agressões dos colegas. João relatou que já foi buscar ajuda com um professor de sua escola. Ao falar para o professor que o estavam xingando de “Louco da APAE”, o professor pediu para que ele ofendesse os colegas em retorno com apelidos como “palito de dentes”. João respondeu ao professor que não iria retribuir a injúria com outros insultos, pois isso não iria encerrar os episódios de violência vindos dos colegas.

Em outra ocasião, frente às ofensas sofridas, João pediu auxílio à pedagoga de sua escola. Em situações anteriores, a resposta dessa profissional frente às demandas do jovem foi “Nem liga para eles”, demonstrando indiferença ao pedido de ajuda, mas, nesse caso, o relato foi diferente:

Ontem fui no colégio, falei para a pedagoga. [...] Daí a pedagoga chamou todos eles e falou: “É, tudo isso que vocês estão fazendo para ele?” E eles falaram: “Ah, é brincadeira, é brincadeira” [...]. Eles foram lá e pediram desculpas para mim, eles pararam de me xingar e eu sou amigo deles até hoje. Eles não estão me xingando mais. (JOÃO).

Em pesquisa realizada a respeito das intervenções de professores/as em situações de violência, agressões e *bullying* entre alunos, Silva et al. (2015) observaram que há prevalência de três comportamentos dos educadores: a proibição de qualquer manifestação violenta, o encaminhamento dos alunos para a coordenação pedagógica ou a discussão do assunto em sala de aula. Tanto o encaminhamento para outros profissionais quanto as regras rígidas não diminuíram os episódios de *bullying* nas escolas. Em contraponto, foram poucos os professores/as que promoveram discussões sobre o tema, estratégia que obteve maior sucesso na redução dos comportamentos violentos. Ocorre que nenhuma dessas providências foi adotada pelo professor

de João, o qual incentivou o jovem a rebater a violência sofrida da mesma maneira.

Em contrapartida, a conversa com a pedagoga teve um objetivo diferente: a mediação de conflitos. Esse episódio relatado pelo jovem mostra, como havia debatido Simmel (1983), que a vida em sociedade é permeada por conflitos e por embates, tanto físicos quanto psicológicos. Os conflitos são fenômenos inerentes à vida social. O ser humano cresce e se socializa em um eterno processo de antagonismos e de concordâncias. Muitos desses conflitos vêm a ferver no ambiente escolar, como afirma Guimarães (1996). Faz-se, então, importante a capacidade de mediar os conflitos, como a pedagoga em questão fez, ao invés de reprimi-los. O episódio relatado é um exemplo de mediação de conflito escolar dentro da própria instituição e que, para João, foi eficaz, já que seus antigos agressores e ele passaram a ser amigos.

Casos bem-sucedidos de resolução de conflitos no ambiente escolar por meio de mediação docente foram observados em diversos países, tais como Inglaterra e Noruega por Botelho e Souza (2007), em Portugal por Mendes (2011) e também no Brasil por Stelko-Pereira (2012). Os programas englobam múltiplos profissionais e envolvem diversas práticas, que vão desde a formação de docentes, orientação aos alunos, às alunas e aos familiares, além de mediações em situações em que a violência já está ocorrendo.

Especificamente sobre a deficiência, Vieira e Denari (2012) realizaram uma pesquisa com alunos e alunas com representações negativas sobre a deficiência, a inclusão e o convívio com crianças com deficiência no ensino regular. As autoras mostraram que essas concepções podem ser modificadas a partir de programas escolares que abordam informações a respeito da deficiência, podendo contribuir para uma melhor convivência e redução de episódios de violência.

Após levantamento sobre a prevalência de esforços preventivos de violência em escolas brasileiras, Silva e Assis (2018) afirmam que a maioria dos programas escolares:

[...] visam incentivar o estabelecimento de relações democráticas na escola, favorecer a convivência entre seus integrantes e o respeito às diferenças. Em geral, as propostas de prevenção da violência nas escolas têm sido norteadas por iniciativas das próprias escolas, por instituições privadas ou por políticas públicas. (SILVA; ASSIS, 2018, p. 10).

Ressalta-se que, além de iniciativas individuais de docentes e de diversos profissionais, são importantes as políticas públicas e a distribuição de recursos humanos e materiais para programas que busquem abordar as temáticas da violência, tanto em ambiente escolar quanto nos demais espaços sociais. São importantes, também, esforços em desenvolver práticas de mediação de conflitos para a prevenção de futuros episódios de violência.

#### **4. Considerações Finais**

O fenômeno da violência contra as pessoas com deficiência se manifesta de variadas maneiras. Ao longo da história, esse conjunto de pessoas passou por momentos de exclusão social, mas, a partir de movimentos sociais, as PcD foram conquistando o direito ao convívio pacífico

na sociedade. Mesmo assim, na atualidade ainda existem diversas práticas excludentes e violentas na vida dessas pessoas – isso ocorrendo inclusive dentro das instituições escolares em todos os níveis.

Os relatos mencionados são exemplos das adversidades vividas cotidianamente pelos jovens com deficiência. O adolescente trouxe relatos sobre as ofensas sofridas em seu convívio escolar e comunitário, tanto as que ele viveu quanto as que observou em um colega também com deficiência. As ofensas direcionadas aos jovens com deficiência não são meras palavras sem significado, mas, sim, metáforas que carregam uma semântica de forte carga social e histórica sobre o modo como a sociedade lida com quem não corresponde aos padrões de comportamento, de aparência e de funcionalidade. O "Louco da APAE" – metáfora atribuída a um estudante específico – traduz, porém, a exclusão e as violências sofridas por diversos grupos sociais. Além dos xingamentos, ficou evidente a exclusão sofrida pelo jovem entrevistado, situação que o priva de vivências sociais junto com adolescentes de sua idade. Ficaram evidentes, também, os episódios de violência dentro da escola, sendo que os docentes, quando bem formados profissionalmente, podem contribuir para a resolução desses conflitos ou, na ausência dessa formação, a sua atuação provavelmente reforçará a manutenção dos mesmos conflitos.

Espera-se que esta pesquisa venha a contribuir para os estudos a respeito da violência presente na vida das pessoas com deficiência, abrindo caminho para novas pesquisas e para programas que busquem intervir em situações em que a violência já está enraizada, além de conscientizar sobre as mesmas situações e prevenir futuros casos – especialmente nas instituições escolares.

## Referências

ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília, DF: Unesco, Observatório de Violência, Ministério da Educação 2006.

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. Volume 5. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

BARROS, A. C. M. W.; DESLANDES, S. F.; BASTOS, O. M. A violência familiar e a criança e o adolescente com deficiências. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, 2016.

BENETTI, D. S. **Efeitos de um treino de habilidades para a vida junto a adolescentes com deficiência intelectual e em situação de acolhimento**. 2015. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, 2015.

BIANCHETTI, L. Os trabalhos e os dias dos deuses e dos homens: a mitologia como fonte para refletir sobre normalidade e deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 7, n. 1, p. 61-75, 2001.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORGES, L.; CAMPOS, J. A. P. P. Fatores determinantes ao ingresso de alunos com deficiência no ensino médio. **Psicologia Educacional**, São Paulo, n. 44, p. 79-91, jun. 2017.

BOTELHO, R. G.; SOUZA, J. M. C. *Bullying* e educação física na escola: características, casos, conseqüências e estratégias de intervenção. **Revista de Educação Física/Journal of Physical Education**, v. 76, n. 139, 2007.

BRANDÃO, E. C.; MATIAZI, L. D. *Bullying*: Violência socioeducacional – desafio permanente. **Pedagogia em Ação**, v. 9, n. 1, p. 17-33, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Presidência da República, Brasília/DF; 2015.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 432-443, 2002.

CUNHA, M, J.; PINTO, P. C. Representaciones mediáticas de la deficiencia: un estudio longitudinal en la prensa. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 85, p. 131-147, set. 2017.

EMERICH, D. R.; ALCKMIN-CARVALHO, F.; SILVA, M. H. M. Rejeição e vitimização por pares em crianças com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 58, 2017.

FERNANDES, A. P. C. S.; DENARI, F. E. Pessoa com deficiência: estigma e identidade. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 26, n. 50, p. 77-89, 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Tradução R. Ramallete. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 1999.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Coletivo Sabotagem, 1988.

GOMES, A. E. G.; REZENDE, L. K. Reflexões sobre bullying na realidade brasileira utilizando a técnica de análise de conteúdo: revisão bibliográfica. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, 2018.

GUIMARÃES, A. M. **A dinâmica da violência escolar**: conflito e ambiguidade. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996.

HARLOS, F. E. **Sociologia da deficiência**: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial – Educação do Indivíduo Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MAFFESOLI, M. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

- MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- MAFFESOLI, M. **Entre o bem e o mal**. Compêndio de subversão pós-moderna. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MAGNABOSCO, M. B.; SOUZA, L. L. Educação inclusiva e as representações dos estudantes sobre seus pares com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 1, p. 115-122, 2018.
- MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 377-389, 2011.
- MENDES, C. S. Prevenção da violência escolar: avaliação de um programa de intervenção. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 3, p. 581-588, 2011.
- MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, maio/ago. 2010.
- MOREIRA, M. C. N.; BASTOS, O. M.; BASTOS, L. C.; SOARES, A. H. R.; SOUZA, W. D. S.; SANCHEZ, R. N. Violência contra crianças e adolescentes com deficiência: narrativas com conselheiros tutelares. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, p. 3869-3878, 2014.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Organização Mundial da Saúde. Lisboa; 2004.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World report on violence and health**. World Health Organization. Geneva; 2002.
- PAULINO, V. C.; CAIADO, K. R. M. A construção do conceito de deficiência por estudantes sem deficiência, a partir de suas histórias de vida. **Educação em Foco**, v. 20, n. 32, p. 35-59, 2017.
- SÃO PAULO. **Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes**. Prefeitura Municipal de São Paulo. 2017. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/protecao\\_social\\_especial/index.php?p=28980](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_especial/index.php?p=28980)>. Acesso em: 6 set. 2019.
- SILVA, F. R.; ASSIS, S. G. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44. 2018.
- SILVA, J. L. D.; OLIVEIRA, W. A. D.; SILVA, M. A. I. D.; PEREIRA, B. O.; CECILIO, S. Estudo exploratório sobre as concepções e estratégias de intervenção de professores em face do *bullying* escolar. **Psicologia**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 3, p. 189-199, 2015.
- SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. (Org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas Psicológicos**, Ribeirão Preto/SP, v. 18, n. 1, p. 45-55, 2010.

STELKO-PEREIRA, A. C. **Avaliação de um programa preventivo de violência escolar**: planejamento, implantação e eficácia. 2012. 193 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2012.

VIEIRA, C. M.; DENARI, F. E. Programa informativo sobre deficiência mental e inclusão: mudanças nas atitudes sociais de crianças sem deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília/SP, v. 18, n. 2, p. 265-282, 2012.

WILLIAMS, L. C. A. Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 9, n. 2, p. 141-154, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

#### **Agradecimentos**

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

#### **Contribuição dos autores**

Autor 1: Realização e condução da pesquisa, análise e discussão dos dados, escrita e revisão do manuscrito.

Autor 2: Supervisão durante a pesquisa, contribuição para a análise e discussão dos dados e revisão do manuscrito.

Autor 3: Contribuição para a análise e discussão dos dados e revisão do manuscrito.

Enviado em: 01/março/2019 | Aprovado em: 30/agosto/2019